

Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos*

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha

Introdução

A violência homicida é um dos problemas mais sérios da atualidade brasileira. Desde 1980, as taxas de homicídios passam por grande incremento, alcançando números inaceitáveis em muitos dos estados da federação.¹ Os jovens do sexo masculino são os mais vitimados pela criminalidade homicida. Além das perdas humanas, isto gera um impacto negativo tanto na sociedade como na economia.² As explicações para este significativo crescimento são múltiplas. Desde as que apontam a pobreza e a desigualdade social até as que levam em consideração o cálculo estratégico dos atores criminosos nas práticas dos delitos. A ineficácia institucional também aparece como causa para o fortalecimento dos crimes violentos.

Além do problema teórico para a explicação das suas relações causais, os dados sobre homicídios sofrem problemas de catalogação. Os registros ou boletins de ocorrência policial são classificados, geralmente, segundo critérios próprios. Daí nem toda morte intencional pode ser considerada pela polícia como homicídio. Por exemplo, os infanticídios, os latrocínios e as mortes de civis em confronto com a polícia não são inclusos corriqueiramente na contabilidade oficial de homicídios.

O banco de dados do Datasus/SIM (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde/Subsistema de Informações sobre Mortalidade) é o mais utilizado pelos estudiosos devido à sua

confiabilidade. A base das informações são as declarações de óbito preenchidas por médicos e coletadas através dos cartórios. A informação de cada estado alimenta o SIM, que apresenta uma série temporal nacional de dados de homicídios desde 1979. A declaração de óbito é necessária para o sepultamento do corpo e para a emissão de certidões de óbito pelos cartórios (Cano e Ribeiro, 2007, p. 53).

Levantados estes problemas técnicos referentes às dificuldades do tema, passaremos à revisão da literatura recente sobre as causalidades dos homicídios no Brasil. O objetivo é revelar algumas questões teóricas e os resultados empíricos desse fenômeno social.

Revisando a Literatura: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos

Os estudos sobre homicídios partem de diversas perspectivas teóricas e os resultados são os mais variados. Lembramos que os contextos sociais são importantes e interferem na análise das possíveis variáveis que causam ou se relacionam com os homicídios (Soares, 2008).

Há uma vasta literatura que trata dos condicionantes da criminalidade violenta no Brasil, a qual aponta para uma relação entre políticas públicas e o incremento ou redução da criminalidade violenta.

Os estudos sobre criminalidade e violência numa perspectiva instrumental começaram a ganhar impulso com os trabalhos de Coelho

* Agradecemos as orientações e sugestões pertinentes dos pareceristas da BIB, ressaltando que todas as informações contidas neste trabalho são de inteira responsabilidade de seus autores.

(1988) e Paixão (1988), que criticaram a importância de fatores socioeconômicos na determinação da criminalidade violenta em detrimento de variáveis que se relacionassem ou não com a eficácia do sistema de justiça criminal, com destaque para a polícia.

Zaluar (1985), em um importante trabalho etnográfico, afirmou existir uma relação entre pobreza e violência no Rio de Janeiro. Pezzin (1986), na região metropolitana de São Paulo, encontrou uma correlação positiva relevante entre urbanização, pobreza e desemprego em relação a crimes contra o patrimônio. Essas mesmas variáveis, todavia, não se correlacionaram significativamente com os crimes contra a pessoa.

Os estudos sobre criminalidade violenta vêm se aperfeiçoando. Aqui vamos analisar uma série de trabalhos que utilizaram de alguma forma novos métodos quantitativos em suas abordagens.

Beato e Reis (2000) concluíram que o desenvolvimento social e econômico motiva o crescimento da violência, especialmente os crimes contra o patrimônio. Além disso, influencia a ação criminosa os contextos de oportunidades (alvos potenciais e ausência ou fragilidade de mecanismos de controle e vigilância).

A teoria das oportunidades representada empiricamente no estudo aponta que, em municípios mais desenvolvidos há: (a) mais riquezas disponíveis; (b) maior número de ofensores motivados; e (c) mecanismos frágeis de coerção. Quanto a este último item, não encontramos comprovação empírica que lastreie tal asseveração. Os modelos estatísticos citados pelos autores relacionam variáveis socioeconômicas com as taxas de criminalidade. Não existindo, desse modo, algum teste que revele a fragilidade dos mecanismos de coerção.

Os modelos de regressão e os de correlação mostraram baixa significância de relação entre pobreza/desigualdade e criminalidade violenta.

Esta é definida como os crimes violentos contra a pessoa, crimes violentos contra o patrimônio, roubo, roubo à mão armada e roubo de veículo e assalto a veículos. Os indicadores de pobreza/desigualdade foram o Coeficiente de Gini e a percentagem de chefes de família com menos de um salário mínimo. Os modelos de regressão apresentados não mostraram relação significativa entre pobreza/desigualdade e violência (Beato e Reis, 2000, pp. 389-90).

Em relação à presença do Estado na segurança pública, os autores fizeram um teste de associação entre o número de instituições oficiais por 10 mil habitantes e os crimes violentos. O modelo apontou existir uma insignificância entre carência dos serviços públicos e criminalidade violenta. Salientamos que o modelo de regressão produzido no trabalho apresenta inconsistência temporal, pois os crimes violentos levantados são de 1997, enquanto os dados sobre as instituições coercitivas oficiais são de 1991 ($R^2 = 0,0286$). Ou seja, na relação de causalidade (*idem*, p. 390).

Beato e Reis aplicaram também o Modelo de Correlação de Pearson³ com o objetivo de avaliar a possível existência entre desemprego e crime no Estado de Minas Gerais. Concluíram que, ao contrário da vasta literatura internacional sobre o tema, em Minas Gerais há uma relação negativa entre emprego e redução de criminalidade violenta.

Os crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio foram testados em relação às taxas de desemprego nos anos de 1996, 1997 e 1998, não havendo relação de significância entre as variáveis independentes de desemprego e as taxas de crimes violentos.

O modelo estatístico mais robusto utilizado pelos autores foi o Teste de Correlação de algumas variáveis socioeconômicas em relação à variável explicativa violência. As variáveis independentes foram: percentagem de crianças (7 a 14 anos) fora da escola; densidade demográfica; grau de urbanização; Índice de Desen-

volvimento Humano (IDH); IDH-educação; IDH-renda; número de terminais de telefone; número médio de anos de estudo; percentagem de jovens; taxa de renda insuficiente; renda familiar média; densidade por dormitório; PIB *per capita*; percentagem da PEA (População Economicamente Ativa); total da PEA feminina; total da PEA masculina; taxa de analfabetismo; taxa de mortalidade infantil; e taxa de incidência de drogas. Essas variáveis foram correlacionadas às seguintes variáveis de violência: crimes violentos (taxas agregadas dos municípios permutados), crimes violentos con-

tra a pessoa, crimes violentos contra o patrimônio, roubo, roubo à mão armada e roubo de veículo e assalto a veículo. Os testes foram feitos para o ano de 1991 (Beato e Reis, 2000, pp. 393-97; cf. Tabela 1).

Com uma quantidade excessiva de variáveis socioeconômicas, muitas delas apresentando multicolinearidade, foi necessário fazer alguns ajustes no Modelo de Correlação. Variáveis socioeconômicas como o Coeficiente de Gini e a renda domiciliar *per capita*, por exemplo, já são suficientes para a apresentação de um resultado satisfatório em teste desse tipo.

Tabela 1
Variáveis Socioeconômicas e seus Respectivos Coeficientes de Correlação com as Taxas de Crimes Violentos (*p* - valor entre parênteses)

Variáveis	Crimes violentos	Crimes violentos contra a pessoa	Crimes violentos contra o patrimônio	Roubo	Roubo à mão armada	Roubo de veículo e assalto a veículos
Percentagem de crianças (7-14 anos) fora da escola	-	-	-0,35(0,003)	-0,29(0,011)	-0,31(0,009)	-
Densidade demográfica	0,30(0,015)	-	0,44(0,012)	0,26(0,034)	0,51(0,001)	-
Grau de urbanização	0,24(0,027)	-	0,41(0,004)	0,34(0,008)	0,32(0,007)	-
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	-	-0,22(0,034)	0,40(0,007)	0,35(0,003)	0,29(0,013)	0,21(0,003)
IDH-educação	-	-0,22(0,029)	0,38(0,004)	0,34(0,004)	0,31(0,008)	0,19(0,049)
IDH-renda	-	-0,28(0,011)	0,39(0,006)	0,33(0,012)	0,28(0,018)	0,21(0,051)
Número de terminais de telefone	-	-	0,47(0,012)	0,40(0,011)	0,44(0,017)	-
Número médio de anos de estudo	-	-	0,47(0,005)	0,42(0,009)	0,36(0,009)	-
Percentagem de jovens	-	-	0,20(0,035)	-	-	-
Taxa de renda insuficiente	-	-	-0,39(0,006)	-0,33(0,004)	-0,30(0,018)	-0,23(0,034)
Renda familiar média	-	-	0,45(0,002)	0,40(0,005)	0,33(0,009)	0,22(0,040)
Densidade por dormitório	0,25(0,025)	-	-	-	-	-
PIB <i>per capita</i>	-	-	0,27 (0,031)	0,21(0,048)	-	-
Percentagem da população que faz parte da PEA	-	-0,26 (0,018)	-	0,18(0,052)	-	-
Total PEA feminina	0,33(0,009)	-	0,50(0,005)	0,39(0,010)	-	-
Total da PEA masculina	0,38(0,008)	-	0,54(0,003)	0,42(0,014)	-	-
Taxa de analfabetismo	-	0,23 (0,025)	-0,33(0,008)	-0,30(0,011)	-0,28(0,017)	-0,18(0,051)
Taxa de mortalidade infantil	-	0,30 (0,007)	-	-	-	-
Taxa de incidência de drogas	0,31(0,009)	-	0,53(0,003)	0,45(0,005)	0,47(0,004)	0,23(0,044)

Fonte: Beato e Reis (2000, pp. 395-96).

A correlação entre as taxas de incidência de drogas e os crimes violentos apresentou resultados significantes em praticamente todos os indicadores de violência, conforme se vê na Tabela 1. Os crimes violentos contra o patrimônio mantiveram uma correlação bastante significativa com as variáveis de densidade demográfica e grau de urbanização, demonstrando relação de causalidade entre o crescimento urbano desordenado e o crime contra o patrimônio. As variáveis de desenvolvimento humano também mostraram relação de causalidade com os crimes violentos contra o patrimônio. Os resultados mais interessantes aparecem quando são avaliados os crimes violentos de forma desagregada.

Não obstante, a obra demonstra um aparato de análise sofisticado e abre o espaço para estudos mais focados nas reais causas da criminalidade violenta. Os critérios apontados no trabalho explicitam a importância de análises baseadas em dados para maior consistência nas inferências sobre as reais causas da violência e do crime violento.

Andrade e Lisboa (2000) analisaram a evolução da taxa de homicídios, em um período longo (1981-1997), em três importantes estados brasileiros: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Particularmente, o trabalho verificou a existência de relação entre essa evolução e variáveis econômicas, tais como salário real, desemprego, Coeficiente de Gini etc.

Os autores mensuraram a violência através de uma construção de frequências de morte por homicídio para cada idade, sexo, ano e região de residência. A construção dessas frequências se deu a partir dos dados de homicídios divididos pela população residente em cada região condicionando a idade, o sexo e o ano. A formulação da base de dados permitiu aos autores estimar a relação entre probabilidade de morte por homicídio e ciclos econômicos para cada idade específica.

O fenômeno da violência se mostra concentrado na população masculina em idade

ativa. Daí os autores calcularem a probabilidade de morte para os homens entre os 15 e 40 anos de idade. O tratamento dos dados se deu por *coortes*, ou seja, sob um conjunto de indivíduos que experimentou os mesmos eventos dentro de um mesmo intervalo de tempo. Cada *coorte* foi definida pelo ano em que os homens tinham 15 anos de idade.

Andrade e Lisboa utilizaram um *mix de cross-section* com série de tempo acompanhando os resultados dos homicídios nos três estados no período de 1981 a 1997. Uma das dificuldades apontadas pelos autores é a análise baseada em modelos de *cross-section* pela possível ocorrência de correlações espúrias. A existência de correlação positiva entre salário real e violência homicida, por exemplo, pode não significar necessariamente que os aumentos nos salários estejam proporcionando mais violência, mas, que o custo de bem-estar decorrente da maior violência em determinada região pode ser compensada pelo maior salário real.

O método de estimação utilizado na pesquisa foi uma generalização do Mínimo Quadrado aplicado ao Modelo Logit de Berckson. Esse método consiste da estimação de um modelo logístico para variáveis qualitativas quando os dados estão disponíveis na forma de frequências. A variável dependente foi a probabilidade de morte por homicídio em cada idade, região e ano. As variáveis independentes foram os indicadores socioeconômicos de cada região e os atributos específicos da geração (Andrade e Lisboa, 2000, pp. 350-51).

A expressão matemática do Modelo Logit de Berckson apresentada no trabalho teve a seguinte função:

$$P_i = P(y_i = 1) = \Lambda(X'\beta) = \frac{e^{X'\beta}}{1 + e^{X'\beta}}$$

A pesquisa apresentou três resultados básicos:

- 1) a organização dos dados segundo as *coortes* dos indivíduos pareceu ser um tratamento

adequado para o entendimento dos ciclos de violência. A probabilidade de morte homicida é crescente com a idade, atingindo o pico na faixa dos 20 aos 25 anos. O ciclo de cada *coorte* é de aproximadamente 25 anos;

- 2) indivíduos mais jovens se moveriam das atividades legais para as ilegais com maior facilidade do que os mais velhos. Esse movimento seria influenciado pelas variáveis econômicas. Os jovens entre 15 e 19 anos estão mais inclinados a atividades ilegais;
- 3) a diferença entre as taxas de homicídios no Rio de Janeiro e São Paulo é significativamente reduzida quando essas taxas são controladas pelo efeito inércia e pelas variáveis econômicas. Para a maioria das idades, a diferença não-controlada das taxas de homicídio é duas vezes superior no Rio de Janeiro do que em São Paulo.

Além dos resultados apresentados, os autores abordaram a literatura sobre a economia do crime no Brasil. Destacaram a limitação dessa temática nos estudos nacionais, onde a maior parte dos trabalhos concentra-se nas áreas de criminologia e aspectos sociais da criminalidade, diferentemente dos Estados Unidos, onde existe uma vasta literatura que procura estudar a relação entre variáveis econômicas e taxas de criminalidade.

Por fim, levantaram uma agenda de pesquisa propositiva: a necessidade da construção de uma base de dados em que as variáveis econômicas reflitam as características de cada idade; a inclusão de variáveis instrumentais para a política de segurança; ampliação do número de estados analisados e a inclusão de uma variável que controle a participação do setor informal. Estes foram alguns pontos elencados.

Mendonça (2000) afirma que o agente possui um consumo referencial imposto pelos padrões da sociedade. A partir do momento em que o agente não tem o consumo satisfeito, gera-se uma insatisfação que o leva à prática

criminosa. Baseado em análise elaborada num contexto de maximização intertemporal, é possível demonstrar que o retorno exigido pelo agente para levar a efetivação da atividade ilícita pode ser reduzido por uma quantidade diretamente relacionada com o seu grau de insatisfação (Becker, 1968).

Mendonça seguiu uma metodologia para testar a desigualdade social em relação à criminalidade em diversas unidades da federação, tendo como base metodológica dados de painel. Tal mecanismo metodológico tem a vantagem de conjugar informação *cross-section* com séries de tempo. O período analisado foi de dez anos, 1985 a 1995, e o método escolhido lhe permitiu obter estimadores que levaram em conta a heterogeneidade existente entre os estados.

Para o autor, a desigualdade socioeconômica potencializa a criminalidade desde que haja um reconhecimento no qual o agente possua um nível de consumo de referência, imposto a ele de forma exógena. No caso de São Paulo e Rio de Janeiro, a proximidade e convivência entre grupos sociais distintos e a disseminação de um padrão de consumo e de padrões sociais de referência via meios de comunicação estimulariam a criminalidade. A insatisfação gerada pela exclusão formal daquele mercado consumidor reduz a utilidade, fazendo com que o indivíduo perceba sua renda como *menor*, inibindo, por consequência, o valor descontado da sua utilidade futura, vindo assim a contribuir como mais um elemento de motivação para entrar no mercado da criminalidade. Ou seja, quando o agente se depara com uma renda inferior dentro do mercado formal, ele opta por praticar o delito.

Algumas variáveis foram utilizadas como *proxies* no modelo econométrico para avaliar o retorno esperado pelo agente na atividade ilícita e até que ponto a desigualdade socioeconômica potencializa a criminalidade. A renda média das famílias por estado e o PIB *per capita*

foram colocados como *proxy* de avaliação do retorno esperado. Em relação ao custo de ingresso na criminalidade, foi utilizada a variável de taxa de urbanização (a justificativa para essa variável está no fato de que a interação entre potenciais criminosos com os grupos crimi-

nosos facilitaria o acesso dos primeiros ao mercado da criminalidade). O Índice de Gini foi utilizado como *proxy* para desigualdade de renda. A variável dependente relacionada com a criminalidade foi o número de homicídios intencionais.

Tabela 2
Modelo Econométrico para Criminalidade (*p* - valor entre parênteses)

Variáveis Independentes	OLS (1)	Efeito aleatório (GLS) (2)	Efeito Fixo (3)	Ht (4)
Renda	0,16(0,000)	0,23(0,053)	0,18(0,013)	0,18(0,010)
Gini	- 3,63(0,000)	0,70(0,053)	0,96(0,009)	0,96(0,006)
Urbanização	1,22(0,001)	1,12(0,013)	0,99(0,070)	0,99(0,055)
Desemprego	0,34(0,001)	0,12(0,013)	0,12(0,022)	0,12(0,015)
Constante	- 4,44(0,000)	- 3,28(0,000)	- 2,84(0,004)	- 0,31(0,014)
N	234	234	234	234
R ²	0,33	0,16	0,15	0,15

Fonte: Mendonça (2000).

Segundo o modelo de regressão apresentado (Tabela 2), as variáveis que apresentaram grau de correlação com a criminalidade foram o Índice de Gini e a urbanização. A variável renda e desemprego não foram significantes no efeito fixo do modelo regredido. O R ajustado foi baixo. Apesar de concluir que a desigualdade potencializa a criminalidade, o autor aponta para a necessidade de avaliações em torno da cultura de cada unidade de análise, bem como o real impacto de variáveis institucionais em relação à criminalidade.

Lima *et al.* (2005) fizeram uma análise espacial dos determinantes socioeconômicos para os homicídios no Estado de Pernambuco. Utilizaram o método de estudo ecológico, onde a variável dependente foi a taxa de homicídios da população masculina de 15 a 49 anos residente nos municípios de Pernambuco, para o período de 1995 a 1998.⁴ As variáveis independentes foram o índice de condições de vida, renda familiar *per capita*, desigualdade de

Theil,⁵ Índice de Gini, renda média do chefe de família, índice de pobreza, taxa de analfabetismo e densidade demográfica.

O objetivo central do artigo foi investigar a associação entre variáveis socioeconômicas e as taxas de homicídio do grupo assinalado, considerando para isso a localização espacial dos indicadores (Lima *et al.*, 2005, p. 177). É um estudo de caráter epidemiológico por advir de especialistas da área de saúde. Não obstante, serve para a análise de outras áreas das ciências, como as Ciências Sociais.

No intuito de verificar as relações entre a variável dependente (homicídios) com as variáveis independentes de caráter socioeconômico, foram testados modelos de regressão linear multivariada. Para a análise espacial, foi utilizado o Modelo *Conditional Auto Regressive* (CAR), que capta a dependência espacial das variáveis (*idem*, p. 178).

Os modelos de correlação espacial e regressão múltipla chegaram aos seguintes resultados

nos testes estatísticos: os indicadores taxa de analfabetismo e índice de pobreza explicaram 24,6% das taxas de homicídio, onde a associação das variáveis foi inversa, ou seja, a melhoria em tais indicadores sociais revelam aumento nas taxas de homicídio.

O modelo de regressão espacial CAR confirmou a associação entre índice de pobreza, analfabetismo e homicídio. Porém, os resultados foram tímidos quanto aos indicadores apontados na pesquisa. Os autores mostraram que a relação inversa no modelo de correlação pode expressar algum processo que propicia a melhoria das condições de vida, estando atrelado a condições geradoras de violência, como a do tráfico de drogas. O trabalho é eficiente em sua proposta central, contudo não fazem nenhum modelo para asseverar a relação entre violência e tráfico de drogas, bem como ambientes desajustados e violência (homicídios).

Minayo (1994) inicia seu discurso especificando o fenômeno da violência em diversas visões epistemológicas. Do ponto de vista estruturalista, a escassez e os conflitos gerados pela sociedade de mercado levam à discórdia e, por sua vez, a práticas de violência; e a delinquência é um processo dialético que deve ser investigado à luz da Antropologia Social, em que a cultura aparece como fator determinante para o comportamento desviante (*outsider*).

Contudo, é na perspectiva da saúde pública que a autora se destaca – essa área da ciência começou a se deter na análise das causas e consequências da violência no final dos anos 1980.

Sua inclusão como problema de saúde fundamenta-se no fato de as mortes e traumas ocorridos por causas violentas virem aumentando a passos alarmantes na região das Américas, contribuindo para anos potenciais de vida perdidos e demandando respostas do sistema (Minayo, 1994, p. 9).

O foco central do trabalho de Minayo é buscar mapear o estado da arte dos estudos sobre violência, ora apontando para as dificuldades de dados no Brasil, ora pedindo auxílio à literatura internacional. Destaca o cadastro nacional do SUS (Sistema Único de Saúde), o Datasus, especialmente os dados registrados sobre a rubrica da Classificação Internacional de Doenças (CID), no grande grupo das Causas Externas, que hoje está atualizado em sua 10ª revisão.⁶ No entanto, a autora critica a forma de catalogação desse sistema, ressaltando a dificuldade de se imprimir precisão científica aos conceitos implícitos nas codificações que estão incorporadas no título “causas externas”. Não obstante, enxergamos ser um objeto muito importante para a análise dos homicídios como fenômeno político e social. O sistema, também, tende a se aperfeiçoar com o tempo.

Por se tratar de um estudo de meados da década de 1990, trabalha em cima de dados já defasados à luz da atualidade. Indica, entre seus resultados empíricos de análises dos dados, que a violência, sobretudo a homicida, é um fenômeno urbano e, principalmente, das regiões metropolitanas. As vítimas de mortes violentas concentram-se entre os mais jovens. Em sua análise, com dados da década de 1980, os homicídios aparecem em segundo lugar em mortes por causas externas atrás dos acidentes de trânsito, onde as mortes de homicídios estão ligadas diretamente ao livre acesso das armas de fogo (Minayo, 1994, p. 11).

Atualmente os homicídios são a principal causa de morte violenta e, também, vem sendo crescente a prática desse tipo de violência em áreas menos urbanizadas, em cidades interiores (Waiselfisz, 2008).

O trabalho, contudo, tem um ponto bastante positivo: boas referências internacionais sobre a violência. Mas há poucos trabalhos nacionais de caráter empírico. Salientamos que, apesar de incipiente, estudos sobre a violência,

especificamente sobre os homicídios, vem ganhando maior robustez, reflexo da melhoria dos dados, incluindo aí os dados das Secretarias de Segurança Pública e/ou Social, e o aperfeiçoamento dos *softwares* que facilitam muito o trabalho do pesquisador.

Barata e Ribeiro (2000), em importante análise sobre os homicídios e sua relação com indicadores socioeconômicos em São Paulo, avaliaram o impacto de certas variáveis de desenvolvimento econômico em relação aos homicídios. O objetivo central desse trabalho foi verificar a correlação entre urbanização, pobreza e desigualdade econômica e as taxas de homicídio neste estado no ano de 1996.

Os autores destacaram a importância da literatura nacional e internacional que tratam do tema da violência e que ligam esta à pobreza e aos desajustes sociais. Assinalaram, com forte influência marxista, que alguns estudos mostram que há três condições que promovem altas taxas de delinquência: a pobreza, a heterogeneidade social e a mobilidade (*idem*, p. 119).

Não obstante, Barata e Ribeiro observaram que, quando aplicados métodos quantitativos nas análises sobre o fenômeno em destaque, os resultados empíricos mostram relações que revelam uma surpresa: riqueza e desenvolvimento econômico podem levar a crescimento nas taxas de homicídios. Citando Lester (1996), apontaram que o estudo deste autor demonstrou uma relação positiva entre o produto interno bruto (PIB) *per capita* com as taxas de homicídios, numa amostra que relacionava mais de 44 países. Com isso, afirmaram ser mais importante avaliar o impacto da desigualdade social, da urbanização e dos crescimentos populacionais do que levar como variável independente a pobreza, que teria uma relação direta com questões meramente econômicas. De toda forma, nesse estudo levaram em consideração variáveis consideradas *proxies* para pobreza, como o Coeficiente de Gini e a renda familiar.

Os autores partem de um referencial teórico estruturalista, ou seja, avaliam como sendo situação *sine qua non* para o crescimento da violência, sobretudo dos homicídios, no Brasil, e em específico em São Paulo, a ligação positiva entre variáveis independentes ligadas a pobreza, desigualdade social e urbanização em relação aos homicídios. A hipótese a ser testada no trabalho foi que “quanto maior a desigualdade econômica, maior seria o risco de homicídio em uma população, independentemente de seu nível de riqueza” (*idem, ibidem*).

A análise esteve baseada em 572 municípios existentes em 1990 no Estado de São Paulo. Os dados populacionais, de renda familiar, Coeficiente de Gini e de distribuição de renda nesses municípios foram resgatados no IBGE. A renda média mensal dos chefes de família foi utilizada como indicador de riqueza. O salário mínimo no período de análise do estudo, 1996, era equivalente a 70 dólares (corrigidos no período). O Coeficiente de Gini foi utilizado como indicador de desigualdade econômica. Foram utilizados dois indicadores para medir o impacto da desigualdade econômica. Além do de Gini, foi aplicado ao modelo o indicador de desigualdade utilizado na avaliação da distribuição de renda. Este mostra a razão entre o volume de renda apropriado pelo percentil 90 (renda média mensal acima de 20 salários mínimos) da população e o volume de renda correspondente ao percentil 20 (renda média mensal menor do que três quartos do salário mínimo). A avaliação desse indicador corresponde à averiguação de quanto maior o valor percentual do indicador, maior a concentração de renda na população, visto que o seu intuito principal é medir quantas vezes a renda dos 10% mais ricos é maior do que a renda dos 20% mais pobres.

Os resultados apontaram que apenas para o grupo de municípios com renda média mensal acima de 3,11 salários mínimos e Coeficiente de Gini acima de 0,50 houve correlação significativa com o tamanho da população e a

violência homicida. Os autores destacaram, corretamente, a importância da complexidade do tema e sugerem que outros fatores (sociais, políticos, econômicos, psicológicos etc.) sejam levados em consideração para o estudo dos determinantes da criminalidade violenta.

Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007) demonstram haver relação entre a ineficácia da atuação das instituições coercitivas e o crescimento dos homicídios. Para os autores, a inoperância do sistema de justiça criminal mina um dos principais pilares do Estado de Direito, o qual se relaciona à capacidade de responsabilização horizontal (*accountability*), ou seja, de fazer cumprir as relações contratuais entre indivíduos e entre estes e as instituições.

A carência de *accountability* estabeleceu, segundo os autores, as condições ambientais ideais para o crescimento do crime desorganizado e organizado. Espaços urbanos altamente complexos; grande contingente de jovens sem supervisão e orientação, incluídos (pela mídia de massas) na cultura do consumo, mas excluídos dos meios econômicos para sua realização; grande difusão e descontrole de elementos altamente criminogênicos, como armas, drogas e bebidas alcoólicas; e a perspectiva de impunidade, ditada pela falência do sistema de justiça criminal seriam fatores determinantes para o crescimento da violência (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007, p. 142).

O artigo analisa a dinâmica dos homicídios no Brasil revelando os principais grupos alvejados pela violência homicida. Ponto de destaque é o método comparativo entre as diversas políticas de segurança pública em alguns contextos internacionais e a tentativa de derrubar alguns mitos, entre eles: “segurança pública é caso de polícia”; “o problema da segurança pública é apenas social”; “a polícia só faz enxugar gelo”; “o problema é meramente de falta de recursos, com mais dinheiro os problemas serão resolvidos bem como o crescimento econômico” (*idem*, p. 143).

Esses autores, quando tratam das causas da criminalidade no Brasil, defendem a hipótese da ligação dos homicídios com fatores estruturais. Destacam o crescimento da população urbana entre as décadas de 1970 e o ano 2000, apontando o efeito desse crescimento, 86 milhões de pessoas, no aumento da demanda por políticas públicas em diversas áreas. Mas foram nas *macrovariáveis* que se apresentaram os testes estatísticos mais robustos.

Baseados numa literatura que reforça teoricamente a relação de causalidade entre a desigualdade socioeconômica e a criminalidade, generalizam sua análise tendo como base dois estados do Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo. A abordagem teórica fora confirmada pelo modelo estatístico. Os homicídios foram explicados pelo contingente populacional, pela desigualdade da renda, pela renda domiciliar *per capita* e pelas despesas com segurança pública.

Com base numa análise de séries temporais, especificamente a análise de vetores autorregressivos (VAR) e vetor de correção de erros (VEC),⁷ foram avaliados os impactos de cinco variáveis de caráter socioeconômico em relação às taxas de homicídio nas duas unidades da federação. A utilização desses métodos estatísticos evitou possíveis relações espúrias e permitiu calcular as elasticidades⁸ de curto e de longos prazos do homicídio em relação às variáveis independentes.

A análise quantitativa dos dados forneceu elementos para os autores afirmarem que o crescimento populacional e a desigualdade da renda contribuem para o aumento dos homicídios, enquanto o crescimento da renda domiciliar *per capita* e dos gastos com segurança pública levam a decréscimo dos homicídios. As estimativas se apresentaram estatisticamente significativas conforme pode ser observado na Tabela 3 (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007, p. 154).

Tabela 3
Elasticidades do Homicídio no Rio de Janeiro e São Paulo

Elasticidade	População	Gini	Renda	Gastos segurança
Elasticidades estimadas – SP				
Curto prazo	0,801	1,202	-0,195	-0,124
Longo prazo	0,94	3,609	-0,022	-0,145
Elasticidades estimadas – RJ				
Curto prazo	1,065	3,431	-0,631	-0,361
Longo prazo	1,895	9,980	-0,486	-0,643

Fonte: Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007, p. 154)

Nos modelos apresentados para Rio de Janeiro e São Paulo, para os anos de 2002 a 2006, os autores verificaram que a evolução da renda, da desigualdade e dos gastos reais com segurança pública, o aumento da renda *per capita* em 4% a cada ano e o aumento das despesas em segurança pública em 10% reais a cada ano tiveram efeito positivo nas taxas de homicídios. Isto é, o incremento dessas variáveis fez crescer os homicídios quando testadas em particular. A diminuição da desigualdade em 2% ao ano e as variáveis descritas acima de forma agregada, demonstraram efeito negativo nos homicídios, ou seja, foram importantes para a redução da criminalidade (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007, pp. 155 e 156).

Dos resultados empíricos, os autores concluíram que não há como equacionar a criminalidade na região estudada se não forem superados os grandes problemas socioeconômicos; que as políticas baseadas simplesmente em aportes de recursos financeiros à polícia estão fadadas a resultados frágeis, a menos que se repense a estrutura de segurança vigente no Brasil (*idem*, pp. 156 e 157).

A existência de um modelo de polícia obsoleto e viciado, a inexistência de polícia técnica e de investigação criminalística, problemas relacionados a qualidade e lisura do inquérito policial e um sistema penitenciário falido foram

fatores utilizados para explicar a impunidade. A gestão da segurança é contemplada numa perspectiva comparada. Os autores concluíram que de nada adianta a consecução de reformas estruturais se não forem acompanhadas de reformulações pontuais do aparato de segurança pública.

Em Saporì (2008), as políticas públicas são apresentadas como uma articulação entre diversos segmentos dos três poderes, mostrando como é importante o entendimento das linhas institucionais e seus vínculos e aspectos políticos para a aplicação das políticas de segurança.

Confrontando diversos modelos de gestão de segurança, o autor aponta sucessos e insucessos desses planos executados em contextos variados, dando destaque para os casos de Nova York e Bogotá. Para a cidade colombiana, são apontados modelos de gestão e de aplicação de políticas preventivas em paralelo a políticas repressivas como fazendo parte do sucesso da queda dos homicídios. Controle do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de armas de fogo, recuperação de espaços urbanos deteriorados, estímulo à participação comunitária, fortalecimento da polícia, ampliação das carceragens municipais, prevenção da violência doméstica e implantação de mecanismos alternativos para resolução de conflitos seriam pontos dessas políticas.

Apesar da considerável melhoria dos indicadores de desenvolvimento e pobreza do país nas últimas três décadas, onde os serviços de educação, saúde e acesso ao trabalho melhoraram, o mesmo não pode ser dito a respeito da capacidade do Estado em prover o controle da criminalidade e da violência. As taxas de homicídios cresceram, em nível nacional, três vezes no início da década de 1980. Os jovens entre 15 e 24 anos do sexo masculino apareceram como o grupo de maior risco de ser vitimado pela criminalidade homicida. O crescimento vertiginoso do crime organizado e do tráfico de drogas – sem, contudo, definir o que sejam – é elencado no trabalho como preocupante, fazendo-se necessárias políticas públicas de segurança específicas nesse sentido (Sapori, 2008, pp. 97-9).

A política de segurança é apontada como mal gerenciada nos níveis federal e estadual. Sapori afirma ser fator determinante para a ineficiência destacada no sistema de justiça criminal tal ingerência do Estado nos assuntos de políticas públicas de segurança. Críticas aos modelos de confronto das políticas públicas no caso específico do Rio de Janeiro e uma agenda formulada tardiamente pelos governantes são colocados como pontos nevrálgicos da situação precária da segurança pública brasileira. Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no Executivo federal, seja nos executivos estaduais (*idem*, p. 109).

O argumento central do autor está no fato de que nem reformas estruturais profundas, nem redesenhos institucionais – como a extinção da Polícia Militar, por exemplo – seriam determinantes a curto e médio prazos para a redução da violência, sobretudo a homicida. Mas sim, a ideia de que a gestão da política de segurança pública seria capaz de reduzir a atividade criminosa vindo a provir de forma

eficiente a ordem pública como bem coletivo (*idem*, p. 123).

Minas Gerais apresenta impacto positivo considerável de suas taxas de homicídio a partir de fins da década de 1990, apresentando razoável estabilidade de suas taxas entre 1980 e 1999, não ultrapassando os 10 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, a partir de 1999, o incremento é acentuado, chegando aos 22,6 crimes desse tipo por 100 mil habitantes em 2004 (*idem*, p. 131).

Não obstante, o autor aponta para uma redução da tendência de crescimento a partir do ano de 2003 nos indicadores de criminalidade agregados (contra o patrimônio e contra a vida). Em 2004, a taxa se estabiliza e, em 2005, há reversão da curva, tendo uma redução de 10,5% nas taxas em 2006. Entre 2003 e 2006, a redução das taxas foi de 13%. Os homicídios, contudo, não mantiveram trajetória de queda até final do ano de 2005. Somente em 2006 é que se percebe alguma reversão na tendência de crescimento, com uma modesta redução de 3,5% na taxa de homicídios em relação ao ano anterior. O mês de março de 2005 representou o pico das mortes homicidas em Minas Gerais; a partir daquele mês se verificou uma estabilidade em torno de 300 ocorrências mensais (*idem*, p. 134).

Sapori tem uma hipótese para a redução da criminalidade violenta no estado apontado, incluindo aí o homicídio. Esta seria a política pública de segurança, implementada pelo governo mineiro entre 2003 e 2006,⁹ responsável por uma combinação de estratégias repressivas e preventivas, onde o redesenho do arranjo institucional fora de fundamental importância (*idem*, p. 136). Em seu trabalho, não há nenhum modelo mais sofisticado de cruzamento ou de impacto de variáveis independentes com a variável dependente de homicídio.

Goertzel e Khan (2008) apontaram para as políticas públicas de segurança no Estado de São Paulo como base explicativa para a redução

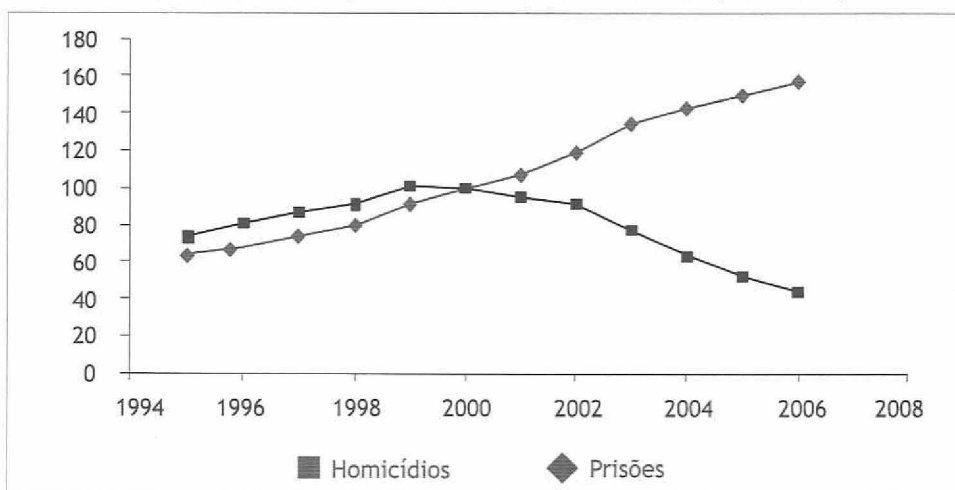
dos homicídios no maior e mais populoso estado da federação. Alguns pontos são importantes, entre eles o papel da polícia que respondeu às taxas de crime ascendentes nos anos 1990 com mudanças em sua cultura de administração, semelhante às instituídas na cidade de Nova York nesse período. Deram prioridade ao cadastramento de dados empíricos e usaram isso para planejar e avaliar programas. Uma rede de comunicações de caráter intergovernamental foi estabelecida para melhor coordenar as ações entre a polícia militar e civil. Criou-se um banco de dados com fotografias de mais de 300 mil criminosos.

Através de um sistema de informação geográfico, foram enviadas unidades policiais para áreas saturadas controladas pelo tráfico de drogas. Painéis de comando de telefone foram fixados para recebimentos de reclamações de incidentes, e uma rede de trabalho foi formulada para levar relatórios de roubos de veículos, documentos e telefones celulares. Comunidade e polícia se reuniram em estações, e uma unidade de combate ao homicídio foi organizada com

ênfase em resolver casos difíceis. Uma unidade especializada foi organizada para prover ajuda encorajadora a mulheres vítimas de crimes sexuais. *Software* sofisticado uniu informação dos relatórios da polícia com registros de banco de dados, registros de telefone e áreas prováveis de residência. A polícia iniciou esforços mais agressivos para remover armas de fogo ilegais das ruas, apontada com uma das principais variáveis para a redução dos homicídios.

Como consequência desses esforços, o número de prisões no Estado de São Paulo aumentou de 18,6% no primeiro trimestre de 1996 para 30,8% no primeiro trimestre de 2001, após a prisão de aproximadamente 23 mil pessoas por mês. Esse aumento no número de condenados enviado a prisão a cada trimestre do ano elevou a população carcerária do estado. O aumento das prisões se apresenta como variável importante na queda dos homicídios, conforme o gráfico a seguir (Figura 1). De qualquer forma, há necessidade de estudos mais robustos para o real teste das variáveis independentes.

Figura 1
Taxas de Prisão *versus* Taxas de Homicídio em São Paulo (1995-2006)



Fonte: Goertzel e Khan (2008).

Soares (2008) fez um estudo muito instigante e importante sobre o tema da violência, mais especificamente dos homicídios, em diversos contextos com rico arcabouço teórico e metodológico, mesclando métodos qualitativos e quantitativos, desde o método histórico comparativo até o uso de sofisticados modelos estatísticos.

O autor inicia seu trabalho fazendo um levantamento breve da história da violência nos séculos XIX e XX. Surpreende verificar que países com elevado nível de desenvolvimento social, econômico e político, como a Holanda, sustentavam altíssimas taxas de homicídios em outros momentos de sua história. “Em Amsterdã, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 50 no século XV a 20 no XVI, a 7,5 no XVII, chegando a 1,4 no XIX” (Soares, 2008, p. 14). Outro ponto relevante é que em países europeus, como a Suécia e Holanda, e nos Estados Unidos, por exemplo, os dados disponíveis remontam a momentos anteriores à própria colonização do Brasil.

A crítica teórica ao marxismo é visível logo no primeiro capítulo. O avanço tecnológico provocado pelo capitalismo não tem ligação com a violência. Esta, nos países mais desenvolvidos, recuou consideravelmente nos últimos séculos. As teorias que reportam aos aspectos biológicos do indivíduo, como as de Lombroso e do “criminoso nato” são rechaçadas. Reportando-se a Norberto Elias, Soares afirma que este autor teria utilizado os dados empíricos para derrubar as teorias balizadas no caos social provocado pelo avanço do urbanismo e do capitalismo. Elias teria colocado a importância do Estado como óbice ou catalisador da violência, já que este seria o agente civilizatório. Mas Elias não explicava com esta teoria a totalidade da violência, pois não teve como medir a violência doméstica, onde o Estado não alcança.

Soares destaca as dificuldades em se fazer estudos comparativos entre os países da Améri-

ca Latina. Quase todos não possuem dados confiáveis ao período anterior à década de 1970, diferente dos países desenvolvidos, onde teorias são difíceis de serem testadas pela escassez de dados. Por exemplo, teorias que afirmam ser a crise econômica da década de 1980 a potencializadora das taxas de homicídio no continente caem por terra quando o comportamento de países no mesmo contexto mostra resultados diferentes quanto às suas taxas de homicídio. Costa Rica, que apresentou taxas bem estabilizadas na década de 1980, mantém a mesma tendência na década de 1990 e no século presente. Já o seu vizinho, El Salvador, apresentou taxas no mesmo período na casa dos 110 assassinatos por 100 mil habitantes. Ambos os países passaram pela mesma crise. Ainda demonstra como os homicídios no Brasil apresentam um crescimento linear desde 1979. O aumento foi de 1.580 homicídios por ano até 2001. Essa tendência se mostra regular em outros países, como na Colômbia e na República Dominicana (Soares, 2008, pp. 28-9).

Utilizando como exemplo o Estado de Minas Gerais, Soares analisa as taxas médias das diversas regiões mineiras em um período que vai de 1986 a 1997, apresentando um coeficiente de correlação elevado entre elas. Contudo, o autor aponta para a necessidade de se ter cuidado nas investigações das taxas em diversos municípios, pois existem aqueles com poucos homicídios, mas altas taxas devido à pequena população.

A ligação dos homicídios com o aumento das armas de fogo disponíveis e das bebidas alcoólicas é comprovada em diversos testes estatísticos apontados. O emprego de armas de fogo cresceu de 43% para 69% desde 1979. O modelo de regressão apresentado revela grande grau de explicação ($R^2=0,96$), para um período de 23 anos (*idem*, p. 37).

As *macrovariáveis* em relação aos homicídios também são testadas. Desenvolvimento econômico leva as taxas de homicídio para

baixo? Alguns estudos afirmam ser o desenvolvimento econômico variável fundamental para a redução dos homicídios. Shichor (1985 *apud* Soares, 2008) mostrou uma leve tendência à diminuição das taxas de homicídios à medida que os países se desenvolvem.

Soares afirma que a maioria dos estudos que tem como base o desenvolvimento econômico não sobrevive a análises multivariadas. Os conceitos de desenvolvimento, crescimento e modernização são muito vagos. Revela a importância de se separar conceitos de desenvolvimento econômico e social. Estudos que se restringem a preocupações com o desenvolvimento econômico ou social não captam, muitas vezes, variáveis que estão no seu entorno.

As macrovariáveis estruturais não têm muito impacto sobre as taxas de homicídio na Índia: as medidas de pobreza e de urbanização não se correlacionam e a alfabetização tem um impacto modesto, reduzindo o homicídio. Um dado importante para entender a falta de associação entre pobreza e crime na Índia é a ação da polícia e da justiça, que, na Índia, têm profundo viés de classes e de castas (Soares, 2008, p. 47).

O desenvolvimento social tem impacto nos homicídios? Indicadores como Gini, analfabetismo, Índice de Theil, proporção de pobres, entre outros, são analisados. Os resultados, em sua maioria, não encontram graus importantes de relação. A relação entre analfabetismo e taxas de homicídio se mostra inversamente proporcional. No caso específico de Pernambuco, de 1980 a 2000, Lima *et al.* (2005 *apud* Soares, 2008, p. 51) fizeram um estudo sofisticado estatisticamente, onde o resultado mostrou que havia uma relação negativa entre as taxas de homicídios e analfabetismo e pobreza naquele estado: quanto mais pobreza e analfabetismo, menores as taxas de homicídio.

No critério urbanização e homicídio, estudos apontam que nem sempre há relação entre metropolização das cidades e altas taxas de homicídio. Cidades como Sydney e Melbourne, na Austrália, mostram taxas de homicídios bem parecidas às de cidades menores do país. Nos Estados Unidos, país culturalmente atrelado às armas de fogo, cidades pequenas e grandes cidades apresentam altas taxas, independente de seus processos de urbanização e industrialização.

Já na América Latina, o autor apresenta as taxas das cidades e capitais quase sempre demonstrando maiores taxas que a dos países. Por exemplo, Medellín apresentava uma taxa de 248 por 100 mil habitantes no período de 1995 a 1998, muito superior à da Colômbia como um todo, que apresentava taxa de 71. Para o caso brasileiro, Soares afirma ser o processo de urbanização uma variável importante para o incremento das taxas de homicídio. Duarte *et al.* (2002 *apud* Soares, 2008, p. 70) analisaram os dados para regiões e estados, chegando à conclusão de que havia uma correlação estatisticamente significativa (0,001) entre urbanização e taxa de homicídios. Nas análises inter-regionais e interestaduais, porém, não há como separar os graves efeitos da subnotificação da relação real entre variáveis correlacionadas com o nível de organização das estatísticas públicas.

Contudo, Soares afirma que, na sua visão, a taxa histórica de crescimento das grandes metrópoles da América Latina de hoje é um dos determinantes distantes da criminalidade das grandes cidades do continente. Na verdade, sua afirmação está atrelada mais ao desordenamento do crescimento dessas cidades. “A rapidez da urbanização em países com recursos escassos fez com que as cidades crescessem sem infra-estrutura adequada – hospitais, escolas, polícia, empregos, recursos sanitários etc.” (Soares, 2008, p. 71).

Quanto às desigualdades espaciais internas das cidades, favelas e o homicídio, Soares

revela o processo migratório das regiões mais pobres para as cidades mais desenvolvidas economicamente como sendo um fator importante a ser analisado. As condições facilitadoras para as oportunidades de práticas delituosas, sobretudo de homicídio, nas favelas, com pouquíssimos fatores dissuasórios, são responsáveis pela alta concentração de homicídios, segundo ele. De toda forma, há exceções, favelas com taxas baixas de homicídios e locais sem favelas com altas taxas (*idem*, p. 73).

No Distrito Federal, Soares demonstra que as *macrovariáveis* de subdesenvolvimento se relacionam de forma significativa com as taxas de homicídio. A correlação entre indicadores de subdesenvolvimento econômico e social e as taxas de homicídio evidenciou a relação com os homicídios. Alguns resultados foram importantes: habitação teve 0,55 de correlação com a taxa de homicídio; renda inferior a dois salários mínimos, 0,58; analfabetismo, 0,59. Todas com altos níveis de significância (*idem*, p. 76).

Já na relação das variáveis sociodemográficas, o autor demonstra grande relevância nos estudos criminológicos de caráter estrutural. Há uma intensidade positiva entre densidade demográfica e homicídios. Em todas as 26 unidades da federação, existe associação entre essa variável e os homicídios, todas estatisticamente significativas. Acrescentando mais variáveis estruturais ao seu modelo de regressão dos mínimos quadrados, ponderada pela população total residente em 2000, sem municípios com taxas de homicídio zero, Soares fez um modelo para essas unidades da federação. As variáveis independentes: densidade demográfica, urbanização IBGE, urbanização FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo), proporção de migrantes do município, percentagem de famílias chefiadas por mulheres com filhos adolescentes, município pertencente à região metropolitana, município em fronteira, taxa de alfabetização em 2000, proporção de todos os religiosos na

população e proporção de desempregados. A variável dependente: taxa média de homicídios sem os valores censurados dos municípios com zero à esquerda. O modelo é robusto.

A regressão apresentou um R^2 (ajustado) elevado de 0,618. A proporção de religiosos na população apresentou sinal negativo em relação aos homicídios, demonstrando ser fator de redução. O resultado que surpreende é a taxa de alfabetização. Esta teve uma relação positiva com os homicídios, ou seja, mais educação e mais homicídios! (Soares, 2008, pp. 85-7).

Conclusões

Sabemos que os estudos sobre as dinâmicas e causas dos homicídios no Brasil estão ainda em estágio incipiente. Sabemos, também, que é de extrema dificuldade o acesso aos dados sobre homicídio e que eles, frequentemente, são subnotificados. Outra informação importante é que o grupo mais atingido pela mortalidade homicida no Brasil é formado por jovens, entre 15 e 29 anos, do sexo masculino, negro ou pardo, de baixa escolaridade e pobre.

O que ainda falta para os estudos sobre as relações de causalidade da violência homicida no Brasil é uma agenda consistente de pesquisa. Antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, juristas e economistas se fecham em seus universos epistemológicos tentando impor seus pressupostos e premissas como sendo os mais adequados para a análise da criminalidade violenta. Na verdade, para apreendermos as reais causas dos homicídios, temos de partir para o campo da interdisciplinaridade (Soares, 2008).

Os homicídios devem ser avaliados de forma isolada, não pode ser um *proxy* para violência. As causalidades dos homicídios diferem dos crimes contra o patrimônio, onde as motivações muitas das vezes divergem. Os resultados empíricos diversificados, e antagônicos muitas vezes, nos trabalhos expostos aqui, reforçam essa afirmação.

É fundamental a interface entre as diversas áreas para, na troca de experiências e conhecimentos, delinear uma agenda de pesquisa consistente sobre os homicídios no país. Os modelos econométricos, as explicações etnográficas, a análise do contexto comportamental, o desenho institucional, entre outros, todos são ferramentas importantes para a explicação das reais causas dos homicídios e de sua progressão crescente nos últimos 25 anos.

Outro ponto relevante é a total ausência de análises mais robustas sobre as reais causas dos homicídios na região Nordeste. Os indicadores de homicídios vêm crescendo de forma avassaladora nesses 25 anos e a agenda de pesquisa está praticamente ausente de estudos sobre essa região. Para se ter uma ideia disso, em Pernambuco, de 1990 a 2001, houve um incremento de 146% nas taxas de homicídio juvenil (15 a 19 anos do sexo masculino). Uma

verdadeira carnificina. Urge trabalhos sobre as reais causas dessa realidade.

Temos desenvolvido uma intensa produção sobre as causas da criminalidade em Pernambuco. Sabemos que algumas variáveis que são postas como importantes para a redução da criminalidade no Sul e Sudeste do país não apresentam relação de causalidade na região Nordeste, especificamente em Pernambuco. Houve uma melhoria nas condições sociais e econômicas nessa região. Nesse estado, desde 2000, a proporção de presos cresce e armas são apreendidas pela polícia, mas isso não se reflete na queda da criminalidade. Os gastos públicos com segurança são colocados como fundamentais para o Brasil, mas, quando estudamos o caso de Pernambuco, os gastos nessa área são crescentes sem reflexo na redução da criminalidade (Oliveira e Nóbrega Jr., 2008). Analisar profundamente as diversas variáveis se faz necessário.

Notas

- 1 O número de homicídios, entre 1980 e 2004, cresceu a 5,6% ao ano, fazendo com que os mesmos representassem 37,9% do total de 127 mil mortes por causas não-naturais em 2004 (Cerqueira *et al.*, 2007, p. 7).
- 2 Quando desagregamos por categorias de causas externas, os homicídios são responsáveis por R\$ 9,1 bilhões desse custo total (que é de R\$ 20,1 bilhões para o ano de 2001). Acidentes de transporte vêm em segundo lugar, com estimativa total em torno de R\$ 5,4 bilhões. Suicídios apresentam perda total de R\$ 1,3 bilhão. Em termos de valores médios de perda de produção, os homicídios tomam a dianteira com R\$ 189,5 mil para o ano de 2001 contra R\$ 172 mil para os acidentes de transporte, e R\$ 163 mil por vítima, ao ano, para suicídios (Carvalho *et al.*, 2007, pp. 8 e 9).
- 3 O Modelo de Correlação de Pearson consiste na mensuração do grau de associação entre duas variáveis x e y .
- 4 Os dados de homicídios foram extraídos do Datasus/SIM, do Ministério da Saúde (Brasil, 2002).
- 5 Índice de Theil: refere-se à segunda medida de desigualdade de Theil, denominada L de Theil, e mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita*.
- 6 No banco de dados do SIM, a CID-10, em óbitos por causas externas, tem na classificação X85-Y09 AGRESSÕES, que significa todas as mortes violentas provocadas por terceiros de forma intencional, ou seja, os homicídios.

- 7 “Utilizam-se tais metodologias sempre que as séries estatísticas são não-estacionárias, caso em que outras análises menos complexas poderiam estar captando apenas relações espúrias entre as variáveis. Desse modo, eventuais estimativas da relação entre duas variáveis poderiam erroneamente ser interpretadas como relações de causalidade” (Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2007, nota na p. 154).
- 8 “A elasticidade mede o impacto proporcional que uma variável exerce sobre outra. Ou seja, calculamos o impacto que as mudanças percentuais no crescimento populacional, na renda domiciliar *per capita*, na desigualdade da renda (medida pelo Índice de Gini) e nos gastos com segurança exercem sobre a variação percentual dos homicídios nesses estados” (Cerqueira *et al.*, 2007, p. 154).
- 9 Saporì foi Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, de janeiro de 2003 a junho de 2007.

Bibliografia

- ANDRADE, M. V. E.; LISBOA, M. B. (2000), “Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – 1981 a 1997”, *in* R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ipea.
- BARATA, R. B.; RIBEIRO M. C. S. A. (2000), “Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996”. *Panamericana de Salud Pública*, 7: 118-24.
- BARROS, Ricardo P. de; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (2006), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Vol. 1. Brasília, Ipea. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.
- BEATO, C. C.; REIS, I. A. (2000), “Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime”, *in* R. Henriques (org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ipea.
- BECKER, G. (1968), “Crime and punishment: an economic approach”. *Journal of Political Economy*, 16: 169-217.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus/SIM. Sistema de Informações sobre Mortalidade (2002). Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/index.php>.
- CANO, I.; RIBEIRO, E. (2007), “Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas”, *in* M. V. G. da Cruz; E. C. Baritucci (orgs.), *Homicídios no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV.
- CARVALHO, Alexandre X. *et al.* (2007), *Custos das mortes por causas externas no Brasil*. Brasília, Ipea (Texto para discussão, 1268). Disponível em: <www.ipea.gov.br>.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; LOBÃO, Waldir A. J. L. (2003), *Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal*. Brasília, Ipea (Texto para discussão, 957). Disponível em: <www.ipea.gov.br>.
- CERQUEIRA, Daniel R. C. *et al.* (2007), *Análise dos custos e consequências da violência no Brasil*. Brasília, Ipea (Texto para discussão, 1284). Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

- COELHO, E. C. (1988), "A criminalidade urbana violenta". *Dados*, 31, 2: 145-83.
- CRUZ, Marcus Vinicius G.; BATITUCCI, Eduardo C. (orgs.) (2007), *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- FUNDAÇÃO IBGE (2006), *Síntese de Indicadores Sociais*. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.
- GOERTZEL, T.; KHAN, T. (2008), *The great São Paulo homicide drop*. [Manuscrito]
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), "As três versões do neo-institucionalismo". *Lua Nova*, 58: 193-223.
- KHAN, Túlio (2008), Dados apresentados no Encontro Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo – Fatores Explicativos e Movimentos Recentes, realizado pela Escola de Direito de São Paulo (Edesp)/FGV, São Paulo, 21 ago 2008. [Manuscrito]
- LESTER, D. (1996), "Suicide, homicide and the quality of life in various countries". *Acta Psychiatrica Scandinavica*, pp. 332-4.
- LIMA, M. L. C. et al. (2005), "Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco". *Revista de Saúde Pública*, 39 (2): 176-82.
- MENDONÇA, M. J. (2000), *Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, Ipea. [Manuscrito]
- MINAYO, Maria Cecília S. (1994), "A violência social sob a perspectiva da saúde pública". *CADERNOS de Saúde Pública*, 10 (supl. 1): 7-18.
- NÓBREGA Jr., J. M. P. da (2005), *As instituições coercitivas e a semidemocracia brasileira*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Recife, UFPE.
- _____. (2008), "Desigualdade jurídica no Brasil: o latrocínio e o sequestro seguido de morte da vítima como tipos de crimes 'especiais'". *Revista Espaço Acadêmico*, 89. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89nobregajr.htm>>.
- NÓBREGA Jr., J. M. P.; ROCHA, E.; SANTOS, M. L. (2008), "Os determinantes da criminalidade violenta no Brasil". [Paper aceito na Latin American Studies Association (Lasa) 2009]
- OLIVEIRA, Adriano; NÓBREGA Jr., José Maria P. da (2008), "Segurança pública em Pernambuco: investimentos e homicídios". *REA*, 87. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/087/87oliveira.htm>>.
- NUNES, Paulo (2007), "Conceito de custo de oportunidade". Disponível em: <www.knoow.net/cienciaeconempr/economia/custodeoportunidade.htm>.
- PAIXÃO, A. L. (1988), "Crime, controle social e consolidação da democracia", in E. W. Reis; G. O'Donnell (orgs.), *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. Números de homicídios dos anos de 2006 e 2007. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>>.
- PEZZIN, L. (1986), *Criminalidade urbana e crise econômica*. São Paulo, IPE/USP.

- REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2006), “Violência Endêmica. Homicídios na Cidade do Recife: Dinâmica e Fluxo no Sistema de Justiça Criminal”. Relatório de Pesquisa. Recife.
- SAPORI, L. F. (2008), *Segurança pública no Brasil*. Desafios e perspectivas. Rio de Janeiro, FGV.
- SOARES, Gláucio A. D. (2008), *Não Matarás*. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, FGV.
- WASELFISZ, Julio Jacobo (2008), *Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008*. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.
- ZALUAR, A. (1985), *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense.

Artigo recebido em fevereiro/2009

Aprovado em março/2009

Resumo

Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos

A literatura nacional vem apresentando, há pelo menos dez anos, um produtivo debate em torno das dinâmicas e causas da violência. Os homicídios, por revelar grande impacto na saúde e segurança públicas, destacam-se como evento importante nos estudos sobre criminalidade e violência. O presente trabalho tem como objetivo revisar a bibliografia nacional recente sobre os homicídios, analisando seus principais resultados empíricos. Os trabalhos selecionados tiveram como requisito para a análise a utilização de métodos quantitativos.

Palavras-chave: Dinâmica; Homicídios; Relação de causalidade; Criminalidade; Segurança pública.

Abstract

Homicides in Brazil: Reviewing the National Literature and its Empirical Results

The national literature has shown, at least in the past ten years, a productive discussion about the dynamics and causes of violence. Homicides, by proving a major impact on health and public safety, are important events in studies about crime and violence. This paper aims to review the recent national literature on such homicides, analyzing their main empirical results. The works selected for review have as requirement the use of quantitative methods in their analyses.

Keywords: Dynamics; Murder; Relationship of causation; Crime; Public safety.

Resumé

Homicides au Brésil: une révision de la bibliographie nationale et ses résultats empiriques

La littérature nationale propose, depuis au moins dix ans, un débat productif sur les dynamiques et les causes de la violence. Les homicides, du fait qu'ils révèlent un grand impact sur la santé et la sûreté

publiques, apparaissent comme un évènement important dans les études sur la criminalité et la violence. Ce travail a pour objectif de réviser, par l'analyse de ses principaux résultats empiriques, la bibliographie nationale récente à propos des homicides. Les travaux sélectionnés ont eu, comme condition à leur analyse, l'emploi de méthodes quantitatives.

Mots-clés: Dynamique; Homicides; Rapport de causalité; Criminalité; Sûreté publique.